

Reestruturação no M.A.I.

Para a criação de um Ministério de Administração Interna...

PCP: primeiro partido legal

O Partido Comunista Português está a preparar-se para...

Maria José Morgado em liberdade

Depois de mais quatro dias sem contacto de 12 dias, Maria José Morgado...

Oy convidadas (portuguesas) do MES

Para a 1.ª Conferência do Movimento Europeu das Mulheres...

Sanado o conflito na Siderurgia Nacional

O conflito entre a Siderurgia Nacional e os seus trabalhadores...

Programa Económico-Social

Do controle estatal aos incentivos no sector privado

Um programa económico e social baseado no controlo estatal...

Conselho de Ministros: Lei de Imprensa e Universidade ainda em agenda

Apesar de a Lei de Imprensa e a Lei da Universidade...

Universidades: duas tendências

Em termos de tendências, a primeira é a de manter o status quo...

Sinistro aéreo

Após o acidente ocorrido no dia 11 de Dezembro, a Aviação Civil...

Manisipalistas de seis cidades

Os deputados municipais de seis cidades foram eleitos...

Acidentes automóveis: Instituição para breve do seguro obrigatório

Estudo que visa criar um seguro obrigatório de acidentes automóveis...

Controlo do Banco

Um estudo de carácter preliminar sobre o controlo do Banco...

Isolamento

Os alunos de uma escola em Lisboa foram isolados...

Transportes marítimos

Os transportes marítimos em Portugal estão a sofrer...

Transportes marítimos

Os transportes marítimos em Portugal estão a sofrer...

Transportes marítimos

Os transportes marítimos em Portugal estão a sofrer...

13 de Dezembro Neto-Savimbi e a situação angolana O que deve ser o imposto complementar

EXPRESSO a estrutura e funcionamento do MFA In our central district cases... pensam divórcio

José Celso: um projecto original de animação cultural

O MFA terá na Constituinte uma missão de vigilância

A constituinte terá na MFA uma missão de vigilância...



O M.L.M. cantando o seu hino "As Mulheres Guerrilheiras"

O M.L.M. cantando o seu hino "As Mulheres Guerrilheiras"...

ALDEMARS PIGUET Le plus prestigieux des horlogers

24 horas em liberdade

Reestruturação no M.A.I.

PELA LEI orgânica do Ministério da Administração Interna, apreciada no Conselho de Ministros de antontem, teriam sido criados os novos lugares de Secretários de Estado de Ordenamento do Território e da Função Pública. Por outro lado seria extinto o lugar de Subsecretário de Estado da Administração Interna, até agora existente.

Para os corpos criados deverão ser nomeados no início da próxima semana, respectivamente, um civil e um militar, falando-se, entre outros nomes, de Henrique Granadeiro (antigo técnico do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e Director de Serviços da Junta de Investigação Científica e Tecnológica) para ocupar o primeiro.

Não foi possível ao EXPRESSO contactar Luís Nandim de Carvalho, antigo subsecretário de Estado da Administração Interna, acerca da notícia difundida por um jornal diário, da sua saída do Governo, pelo que não se confirmou nem negou a notícia. Desconhece-se, por isso, se o cargo que exerce foi extinto por lei, como parece provável.

Os observadores políticos consideram que consequentemente, Nandim de Carvalho terá de imediato cessado as suas funções governativas, podendo vir a ser-lhe colocada a questão de passar a Secretário de Estado, o que poderá aceitar ou não.

PCP:

primeiro partido legal

O PARTIDO Comunista Português será o primeiro agrupamento político a constituir-se legalmente quando fizer entrega, esta tarde, do seu pedido de inscrição no Supremo Tribunal Administrativo.

Dando cumprimento ao estabelecido por lei, o PC entregará, às 14 e 30 ao magistrado competente um documento contendo o pedido de inscrição e a assinatura de mais de 5 mil filiados, número limite inferior estabelecido como mínimo para a constituição e legalização de partidos políticos.

Maria José Morgado em liberdade

DEPOIS de uma greve de fome com duração de 11 dias, saiu ontem de manhã do Hospital de S. João de Deus de Casias, a militante do MRPP Maria José Morgado, que tinha sido internada naquele estabelecimento prisional nos primeiros dias em que se recusou a tomar qualquer alimento, quando detida nas Mólicas à ordem do COPCON, entidade autora da prisão.

Também foram postos em liberdade alguns jovens revolucionários que, como a militante aludida, tinham participado na tentativa de impedir o comércio da Juventude do CDS no Teatro Municipal de S. Luís, no dia 4 de Novembro último, até agora detidos no presídio militar de Santarém.

Os convidados (portugueses) do MES

PARA o seu 1.º Congresso, o MES convidou as seguintes organizações políticas portuguesas: Partido Comunista Português, LUAR e CARP.

Os observadores políticos notaram a ausência de convite a outros partidos políticos, privilegiando assim apenas um dos partidos da coligação.

Sanado o conflito na Siderurgia Nacional

O CONFLITO de trabalho surgiu esta semana na Siderurgia Nacional, a propósito das gratificações especiais percebidas no final do ano por alguns quadros médios e superiores da empresa, a que se opuseram os operários, ficou sanado ao princípio da noite de ontem, após várias reuniões dos interessados no Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores vinados concluíram pelo não recebimento das referidas gratificações, que deverão, no entanto, ser englobadas num fundo social a constituir na empresa. Por outro lado reivindicam a sua incorporação imediata no A. C. T. em vigor, do qual na sua maioria estão excluídos.

Prevê-se assim que as relações humanas e de trabalho na Siderurgia Nacional regressem à normalidade hoje mesmo.

Primeiro Congresso do P. S.

Do socialismo em liberdade à revolução socialista

INICIADO com um relatório "moderado" de Mário Soares, o I Congresso do Partido Socialista na agitação terminaria com um discurso de encerramento do Secretário-Geral, francamente à esquerda. E, quando o incontestado "líder" do PS concluiu com um viva à "Revolução Socialista", em vez do viva ao "Socialismo em Liberdade" da alocação inaugural, consagrava-se na forma a clarificação "marxista" do contexto do Programa do Partido Socialista.

Além das propostas de alteração votadas no Congresso foram nesse sentido, como já o tinha sido a moção de Manuel Alegre de reafirmação do "Partido Socialista-Partido Marxista". Assim, por exemplo, no Programa, em vez de "inspiração teórica predominantemente o marxismo", passou a estar "inspiração teórica marxista" tout court. Onde, mais adiante se falava em que o PS "reconhece a validade dos critérios empunhados na luta pelo socialismo", ficou "reconhece a validade da contribuição de todas as tendências religiosas empunhadas na luta pelo socialismo científico marxista".

Foi rejeitada a proposta de eliminação da alusão à social-democracia, figurando no ponto respectivo: "O PS repudia o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar deliberadamente ou de facto as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo". De resto, a rejeição da Social-Democracia ou do Socialismo Europeu Ocidental costaria também tanto das palavras de Mário Soares como de Manuel Serra, proferidas no 1.º dia do Congresso.

Fundamental foi também a alteração da meta proposta pelo Partido Socialista para a sociedade portuguesa. Onde no primitivo Programa Provisório se falava em constituir um "Socialismo em Liberdade", fala-se agora num

"Socialismo de base". Permanece o cunho autogestionário do modelo socialista proposto.

O ênfase de acentuar a natureza marxista do Partido, identificando Partido Marxista com Partido da Esquerda, traduziu-se em inúmeros pontos do Programa aprovado. Por exemplo, a concepção radical da reforma das estruturas agrárias e a nacionalização dos meios de produção mereceram amplo debate, sendo a enumeração concreta dos sectores a nacionalizar a cargo praxe abrangido desigualmente todo o crédito e largas zonas industriais (siderurgia, cimentos, pe-

troquímicas, adubos, montagens de automóveis, construção naval, etc., etc.)

Dos debates, que decorreram sempre com entusiasmo e participação de base, resultou o entendimento claro da rejeição pela maioria esmagadora dos congressistas da "Proposta Socialista" (no fundo social-democrática) publicada por Sousa Tavares e outros, em vésperas do Congresso.

Assim, em termos programáticos, não houve surpresas de maior. Como se esperava o PS optou por uma linha marxista não leninista, e propôs medidas de actuação que, a curto prazo, são ao mais à esquerda de quantas foram até ao momento aprovadas por partidos políticos portugueses.

Confirme já apontaram diversos observadores políticos, este caminho altera uma certa clientela, eleitoral social-democrática, que será levada a transferir o voto para o PPD, e polariza algum apoio da extrema-esquerda, bem como de certos sectores não filiados, eventualmente votantes no PCP. Talvez, por isso, certos jornalistas afectos a este tenham encarado com crítica posições tomadas no Congresso do PS.

Dirigentes: que unidade

Consagrada a linha programática proposta pelo dita "ala esquerda", e votados estatutos que visam a descentralização e o binómio do Partido, faltava saber quem seriam os dirigentes encarregados de orientar e executar o cumprimento daquele Programa, dentro de linhas estatutárias muito estritas.

Não interessa apreciar agora o que foi a emoção e o calor dos debates em torno das duas listas apresentadas (debates esses em que a troca de saberes entre Marcelo Curto e Manuel Serra atingiu quase o paroxismo, com acusações de "infiltração nas fileiras do Partido"). Isso seria fazer a "pequena história" do Congresso. Interessa mais ver quem estaria por detrás de cada uma delas, e porque ganhou, (tinha de ganhar) a lista A.

A lista A era apoiada pela Comissão Política Provisória do

O M. E. S. em congresso

INICIA-SE hoje, no mesmo local onde há uma semana se realizou o Congresso do Partido Socialista, o Congresso do MES.

Este Congresso poderá ser, a vários títulos, importante. Não só por lhe caber a aprovação do Programa e dos Estatutos do MES, se se converter em Partido (para o que necessita de 5.000 proponentes), mas também por definir a sua posição perante as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Um dos pontos essenciais sobre que recai a expectativa dos observadores é o da análise da situação actual da crise do capitalismo que o Congresso se propõe fazer, concedendo larga prioridade às lutas das massas trabalhadoras sobre os objectivos eleitorais.

Estarão presentes ao Congresso representantes de alguns partidos políticos de extrema-esquerda europeia e da América Latina.

Partida, com risco para o próprio Mário Soares (que teve de intervir para revelar a sua opção no momento mais quente da discussão).

Também estava com a lista A, e mais propriamente com Mário Soares, o GAPS, liderado por João Soares, e que constitui como que um "lampo" de "esquerda" ao MSP.

Este, sendo numericamente pouco relevante no Congresso, contou com o indiscutível prestígio e oza da palavra de Manuel Serra, e conseguiu quase 40% na votação da Comissão Nacional, e mais ainda na eleição da Comissão dos Conflitos.

A lista A ganhou, no entanto, como tinha de ganhar:

— ela já deputava todos os subscretores da "Proposta Socialista" (social-democrática), que tantas críticas suscitara dos congressistas;

— era a lista das personalidades, entre as quais avultavam cinco membros do Governo e dois Governadores Civis;

— aparecia como uma lista de unidade, e assim foi defendida em várias intervenções;

— era mais facilmente aceitável para a generalidade dos delegados distritais.

Ano invés a Lista B, entre outros, não incluía grande número de personalidades conhecidas (Arora de Carvalho, Paulouro, Armando Bacelar, Jaime Gama, João e Manuel Tito de Moráin, Jergé Campinos, Manuel Alegre, António e João Guterres, António Macedo, Rui Grácio, Maria Raroso e Vasco da Gama Fernandes).

A sua vitória, além do mais, dificultaria ainda mais o equilíbrio interno no P.S. (com Mário Soares a dar nome, e os homens de Manuel Serra a esmaltarem o Partido), embora não o tornasse ingovernável (até o antigo de Aron de Carvalho na República de antanho).

Trinício, pois, o bom senso. Mas, com que custo?

Antes do mais, está presente a certeza para os novos dirigentes de que quase 40% dos congressistas queriam outros. Depois, a convicção de que a polémica eleitoral poderia ser pior se, esta vez de uma

Comissão ampla de 131 membros (que, por sua vez, elegerà os órgãos directivos), estes tivessem sido eleitos directamente.

Finalmente, Manuel Serra e hoje o segundo homem do P.S., logo depois de Mário Soares. E esta condição não deverá alterar-se, porque, ao invés de outras figuras de cúpula (muito ocupadas em funções governativas e outras), Manuel Serra tem feito trabalho intenso de base.

Tratou-se, portanto, de um Congresso democraticamente agitado, intensamente vivido. Embora a imagem que dele deu a RTP tenha sido, talvez intencionalmente (por parte dos dirigentes do P.S., claro), muito "moderada", um passo programático importante à esquerda foi dado.

Para servir esse programa de grande partido de esquerda marxista foi escolhida uma equipa de transição. O GAPS e o MSP integraram-se na estrutura do P.S., mas ficou claro que a unidade encontrada era "sub condicione".

Conseguirá Mário Soares manter esta unidade? Como e por quanto tempo?

Querêr Manuel Serra mantê-la? Por que preço e à espera de que dividendos?

Semana Nacional

Senhorios não cumprem a lei

A Câmara Municipal de Lisboa revelou que vão ser enviados a tribunal cerca de um milhar de senhorios, por desrespeito ao estipulado no decreto 475/74 sobre o regime de arrendamento.

Durante a reunião presidida pelo eng.º Caldeira Rodrigues, foi assinalada a situação que o problema da habitação tem vindo a criar na área de Lisboa e decorrente do não cumprimento da lei. Há actualmente na capital mais de sete mil casas devolutas que os respectivos proprietários não declararam — e por isso mesmo vão ser enviados a juízo. Entretanto, os delegados das freguesias analisaram o teor do decreto-lei em questão, apontando as lacunas de que o mesmo enferma e que estarão na origem da anunciada revisão, a curto prazo, daquele diploma legal.

Mil e cinquenta ex-pides detidos

EM DESMENTIDO as afirmações do diário "Alcazar" de Madrid, foi tornado público o número de indivíduos detidos depois do 25 de Abril e que permanecem à ordem das autoridades em diversos estabelecimentos prisionais: 1 050.

Efectivamente, aquele jornal espanhol tinha incluído afirmações destituídas de fundamento, que davam como presas a 500 pessoas ligadas ao regime deposto, "incomunicáveis e sem garantias", ao mesmo tempo que se fazia eco de uma pseudo-sentença de suicídio do ex-locutor Artur Agostinho, também desmentida pelo próprio.

As notícias do "Alcazar" foram objecto de um protesto assinado pelo conselho de Imprensa da embaixada portuguesa em Madrid, que referia nomeadamente a qualidade de ex-pides da maioria dos detidos.

Altos Comissários para S. Tomé e Cabo Verde

FORAM EMPOSSADOS pelo Presidente da República os altos comissários de S. Tomé e de Cabo Verde, respectivamente tenente-coronel Feres Veiros e comodoro Almeida d'Água.

O ministro Almeida Santos, que assistiu ao acto, referiu a situação dos funcionários dos quadros ultramarinos, salientou a importância do processo de descolonização que estabeleceu já as datas para a independência a curto prazo de vários territórios. Almeida Santos colocou a tónica da sua intervenção nos conceitos "cooperação, paz, amizade e tolerância".

Libertados alguns detidos por sabotagem económica

CONSIDERADAS ilegais as prisões de alguns dos implicados no processo BIP, pelo juiz Sá Ferreira do 3.º Juízo de Instrução Criminal, foram postos em liberdade o administrador Matos Castro daquele banco e Cristóvão de Moraes, da Sociedade Financeira, detidos no último fim de semana pelo COPCON sob acusação de sabotagem económica.

Jorge de Brito, que ainda não prestou declarações por se encontrar doente, permanece detido mas vai apresentar recurso ao Tribunal da Relação.

Sob caução de dois mil contos, foram também postos em liberdade Fernando Cruz e António Sousa Vieira, do BIP, e o administrador Brás de Oliveira do Crédito Fideiú.

Em relação ao ao caso Torralta, mantêm-se as prisões sem admissão de caução de três administradores, Paiva Correia, Agostinho da Silva e José da Silva, cujo advogado interpõe recurso.

Vasco Gonçalves e os militares não se demitem do Governo

"PURA INVENCIONICE" foi a classificação dada pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves aos rumores da sua próxima demissão, juntamente com a dos outros ministros militares do Governo Provisório.

O brigadeiro Vasco Gonçalves, falando para os representantes dos legiões da Informação em S. Bento e em Belém, afirmou que tais rumores não passam de uma sucessão de ataques políticos civis e de reacionarismo, considerando urgente o seu desmascaramento. O Primeiro-Ministro considerou os boatos relacionados com o caso da detenção dos implicados nos processos BIP e Torralta, afirmando ainda que está nas preocupações do Governo a criação de um organismo especializado, a que chamou um "Cepon da Informação", destinado a suprir as deficiências de funcionamento limitado por horários, do Serviço de Informação Pública das Forças Armadas.

Greve dos caixeiros no Algarve

OS EMPREGADOS de escritório e caixeiros do distrito de Faro declaram-se em greve por decisão em plenário, realizado no Círculo Cultural do Algarve.

As reivindicações dos trabalhadores pretendem uma equiparação às tabelas salariais já conseguidas pelos profissionais dos distritos do Porto e de Lisboa, já encaraada pelos gremios de algumas cidades algarvias. Na base da declaração de greve desta semana, parece estar a posição de intransigência do representante patronal de Tavira.

Recenseamento eleitoral prossegue em Janeiro

MAIS DE METADE dos eleitores previstos estão já recenseados nas duas primeiras semanas de funcionamento do processo: cerca de dois milhões e meio de cidadãos preencheram e entregaram às comissões das juntas de freguesia o verbete de inscrição com que tomam parte no processo eleitoral de Março próximo.

Entretanto, por despacho oficial, estarão encerrados os pontos de recenseamento nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro e na manhã de 1 de Janeiro, pelo que se prevê o alargamento do prazo de inscrição a fixar por diploma legal e de forma a que o afluxo de cidadãos aos locais de recenseamento não seja prejudicado pela quadra que se aproxima.

UDP: mais um partido

SEGUNDO um comunicado distribuído à Imprensa pela União Democrática Popular, "em resultado de contactos entre elementos de várias forças políticas que defendem a liquidação do capitalismo e o estabelecimento de uma Democracia Popular, constituiu-se uma comissão promotora com vistas à formação de um partido político, a União Democrática Popular, para intervenção no período eleitoral que se avizinha."

"Ao contrário dos partidos da coligação governamental — continua o comunicado — e do Governo Provisório, normalmente do chamado P.C.T., cuja acção visa a reestruturação e reforma do poder do estado burguês, a UDP considera que a acção desses partidos só poderá a longo prazo reforçar o domínio da burguesia e não serve os interesses mais fundos das massas trabalhadoras cuja realização exige a liquidação desse domínio."

O papel da UDP, segundo o comunicado, é o de uma frente de várias forças políticas tendo desde já o apoio dos jornais "A Causa Operária", "Folha Comunista" e "Voz do Povo".

Constituem a Comissão Promotora: Agostinho Palma; Angelo Rodrigues, Dionísio Lopes, Eduardo Pires, João Paulo Valente, José Andrade Luz, José Pisco, Vladimiro Guisot e Secundino Ribeiro.

O que foi (e não foi) o 13 de Dezembro...

I

ESTAMOS, sem dúvida, a viver um período de essencial relevo na actualidade política portuguesa.

O 13 de Dezembro (a que comentei, de forma abreviada no último número) foi mais do que uma data epifânica em que o poder político "ajustou algumas contas" com certas das instâncias do poder económico.

Como afirmou em comunicado, emitido quase ao mesmo tempo das primeiras detenções, o MDP/CDE, tratou-se de um passo em certa medida equiparável à crise de 28 de Setembro, lo comunicado comparava-o mesmo ao 25 de Abril.

E, tal como a crise de 28 de Setembro, teve os seus antecedentes políticos, e tem tudo os seus consequentes.

Vamos tentar descrever uns e outros.

II

A evolução política nas quatro semanas anteriores tinha sido marcada pela afirmação de forças hoje definitivamente radicadas na sociedade portuguesa. Foi o caso do PPD e do PS, ambos com os seus 1.ºs Congressos, que — cada qual à sua maneira — demonstraram que a um equilíbrio instável (característico dos primeiros meses post-25 de Abril), se tendia a substituir um equilíbrio harmónico entre os três partidos da coligação. Nem o PPD, nem o PS ambicionavam se ambicionarem para si uma função de partido-satélite de um só grande partido português. E as (vagas) sondagens que começaram a ser conhecidas conspavam-nos, de longe, com os partidos oficialmente mais fortes.

Orá, crescendo o peso destes partidos, era também reafirmada a sua intenção de concorrer insula-

damente às eleições de Março lo que não impede a hipótese de eventual manutenção da presente coligação antes e depois das eleições), bem como a sua crítica (sobretudo do PS) a várias acções do MDP/CDE.

Por outro lado, o CDS (agora com apoio internacional) era confirmado como partido democrático, sem dúvida conservador mas indiscutível no jogo eleitoral futuro.

Na imprensa, rádio e televisão, após o mês de Outubro, tendia a verificar-se um certo equilíbrio (relativo) de posições.

Quanto à lei sindical, o PPD e o PS (bem como outros partidos, como o MES) confrontaram-se com a tese da imposição legal da unicidade, defendendo uma unidade mas vinda das bases. No entanto, como era esperável, o PCP lo mais forte naquele plano) pôde triunfar internamente na maioria dos sindicatos e na Inter-sindical.

Ao mesmo tempo, o MDP/CDE tentava manter inunes as suas conquistas a nível de administração local. O que — diga-se de passagem — conseguiu, em alguns casos de forma impositivamente (recorde-se o número de Governadores Cívís seus dirigentes e a reestruturação do MAI e a saída voluntária de Nandim de Carvalho).

Já na Universidade, perante o deslegado da UEC, o MES e o MRPD insistiam processos de linha e ritmo diversificados, mas que retiraram ao PCP e MDP/CDE o controlo das pró-associações e da representação dos alunos nas Comissões de Gestão, que era quase total.

Os seja, politicamente, o equilíbrio de forças tendia a deixar ao duo PCP-MDP/CDE os sindicatos e as autarquias locais, e a colocar-se como novos factores a considerar a situação dos meios de informação longe, por exemplo, o PS reforçava posições — "Diário de Notícias", Sousa Tavares no "Século", Emissora Nacional, e, claro, RTP, surgiam fortes jornais partidários como o "Povo Livre" e o "Portugal Socialista", e ganhavam amplitude órgãos independentes de expressão nacional, como o EXPRESSO), a mudança de domínio em certos sectores universitários, e sobretudo a afirmação nacional de outros partidos políticos.

Tanto mais que, se o PCP pôde revelar, recentemente, uma dinâmica de esclarecimento de base por todo o país (chegando a 30

seções diárias), já o MDP/CDE cala notavelmente. O que se deve juntar ao problema da não apresentação de um programa claro, que os portugueses viram que preenche um espaço político autónomo e definido.

III

Economicamente, o período foi de espera do chamado Plano de Transição, em cuja elaboração participaram inúmeros partidos, mas cujo teor foi visível desde o início que seria insuficiente para o MDP/CDE, e talvez para o PCP, empenhados ambos em modos anti-monopolistas de ainda maior impacto político nacional.

Sabendo-se a função de consultor da Presidência do Conselho do Prof. Pereira de Moura, os observadores consideraram natural que essa fosse uma via particularmente significativa para o MDP/CDE, acente do Governo, transmitir as suas expectativas quanto àquele Plano.

Entretanto, ia-se sabendo que algumas empresas apresentavam sinais de crise interna acentuada, explicadas na imprensa diária ou objecto de acções dos próprios trabalhadores e respectivos sindicatos.

E esse período apresentou, de forma larvar, alguns conflitos "capital-trabalho" localizados, inseridos logicamente no processo de luta de classes em amadurecimento, e que passaram em "cheque" alguns capitalistas e dirigentes empresariais.

IV

O que foi o 13 de Dezembro, viu-se: a detenção de um número restrito de capitalistas e empresários, sob alegações de grave atentado contra a economia portuguesa.

O que ele poderia ter sido e não foi — essa é das dúvidas mais curiosas.

Do "triumfalismo" do comunicado do MDP/CDE, que anunciava outros (que não apareceram) e até do teor do importante comício daquele Partido no Porto, depreender-se-ia que a acção seria muito mais ampla, com maior número de prisões e tomada de posição imediata do Estado nas empresas correspondentes.

Os próprios discursos de Cushal

durante o fim de semana passado iam nessa linha.

É nos acontecimentos logo, no sábado passado, como consequências previsíveis dos factos em curso, um afastamento de posições governativas sobre o Plano Económico, e um acerto tónico na ofensiva global contra os monopolios.

Mas voltemos às afirmações públicas proferidas no fim de semana passado.

No Cénico do MDP/CDE avaliaram vários pontos essenciais:

1.º — Um novo conceito de "partido democrático", preconizado pelo MDP/CDE, e que pressupõe a sua frontal deflactação anti-monopolista (dirita a certa altura um dos oradores: "uma verdade é certa: actualmente é pela via económica que os grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros tentam travar e fazer retroceder o processo de democratização. A grande opção situa-se, agora, entre vencer esse grande inimigo e sermos vencidos por ele, para regressarmos a velhas ou novas formas de opressão. Perante esta opção as posições políticas definem-se, mais nitidamente e num plano mais elevado do que o anterior só poder ser verdadeiramente democrático em partido que seja aberta e firmemente antimonopolista").

2.º — O ataque à social-democracia (indirectamente ao PSD) e ao Partido Socialista, também de forma indirecta, envolvendo o CDS ("Dificilmente podemos admitir ser antimonopolista um partido da coligação que defende a entrada do CDS para o Governo, como agora acontece").

3.º — A proposta de mais fortes medidas anti-monopolistas, já que as adoptadas estão "muito longe de ser suficientes". O sentido destas medidas seria clarificado por Pereira de Moura ao considerar um ponto negro da nossa situação económica "a constante hesitação diante daquilo que se há de fazer, entre apoiar o capitalismo ou lançarmo-nos abertamente numa via de transformação das estruturas e do sistema capitalista".

4.º — Ainda na mesma linha foi dito que "al de nós se os problemas fundamentais do País não ficarem resolvidos ou encaminhados até às eleições" se nestes problemas estruturais, designadamente, as modificações das estruturas económicas e sociais, e a vitória sobre o capital monopolista.

5.º — Finalmente, foi defendida a presença do MFA na Assembleia Constituinte.

Pela primeira vez, com meridiana clareza, ficou definida a linha pré-eleitoral do MDP/CDE, visando realizar transformações no sistema económico antes das eleições de Março.

Já Alvaro Cunhal foi mais

cauteloso, mas não menos duro na sua análise da situação.

Em Alpiarça fez cair o seu ataque sobre os capitalistas presos e sobre a ALA (Associação Livre dos Agricultores), que acusou de que "pelo menos em certa altura se receta nas conspirações contrarrevolucionárias". A repudiária tem revelado que este tipo de ataques do Secretário Geral do PCP não são desprovidos de sequelas lógicas.

Mas foi, sobretudo, em Santa Iria de Azoia que Alvaro Cunhal defendeu a nacionalização integral da banca privada, como passo essencial a dar num futuro próximo.

V

Claro que seria grosseiro erro de análise reduzir o 13 de Dezembro à ofensiva contra 12 capitalistas e empresários (lembos importantes), já que ele se insere num crescendo do MDP/CDE e do PCP em vários sectores, desde uma firmeza intransigente na resolução dos problemas de ensino, até a uma "ofensiva" na informação. Neste contexto, episódios como o do boicote ao EXPRESSO são apenas um prenúncio de um quadro mais amplo.

Mas, porque este crescendo, aqui e agora? Os observadores políticos apresentam várias explicações.

Uma — talvez a mais provável — é a de que tais forças sentiram que algumas das suas posições fraquejavam a nível nacional, e que outro tendia a ser o equilíbrio estabelecido. E, em desespero de causa, ou ao menos com vista a minorar alguns efeitos de um certo isolamento — passaram à acção mais intensa.

Aliás, cumpre explicitar nesta ocasião, dois pontos importantes: — um é o de que a nível de Governo Provisório, sobre vários pontos de relevo, se accentuou também um relativo isolamento da posição de Alvaro Cunhal (um pouco como no fim de Agosto e início de Setembro).

— o outro é o de que a posição do PCP e do MDP/CDE no xadrez político não é (nem era para ser) exactamente a mesma. O PCP tem-se esforçado por revelar uma abertura e um espírito dialogante agradável. E mesmo (e bem) se tem continuado a falar da sua presença num Governo de "compromisso histórico" post-eleições para o Parlamento constituinte, daqui por um ano. Já o MDP/CDE assume o "odioso" de posições mais duras, facilitadas pela sua ausência do Governo, mas também revela — talvez demasiado — o seu jogo que é o de "à outrance" querer fazer virar aos das eleições de Março opções irrevincíveis, depois de cuja adopção as eleições perderiam

grande parte do seu interesse, em termos de escolha de modelos alternativos para a sociedade portuguesa.

Além da explicação descrita, outras duas têm, por vezes, sido aeadadas.

Uma trata-se de que, longe de ser uma atitude derivada da consciência de perda de posições, se tratava de uma atitude de força, tendo por detrás argumentos desconhecidos (internos ou externos). Não esquecermos que o jogo político português é, em larga medida, resultante de um equilíbrio geostratégico universal, em que se destacam as superpotências URSS e EUA.

E, acontecimentos em curso ou previsíveis no Médio Oriente (rémio de conflito amplo), ou em Espanha, poderiam interessar as duas potências por Portugal, mas de forma diferente (em próximo artigo voltaremos a este tema).

Outra explicação: oviada é a menos provável: a de que tentos internos no PCP obrigariam Alvaro Cunhal a uma linha de arescida "dureza", para acompanhar os desejos de muitas das estruturas de base.

VI

Se atendermos agora às graves consequências do 13 de Dezembro, é curto ainda o horizonte temporal para podermos avançar análises conclusivas.

Mas, não será difícil sintetizar algumas das questões suscitadas: — a acção pacífica em Portugal das detenções realizadas, uma vez que sejam asseguradas (em forma de uma maneira geral, foram) os trâmites próprios de um Estado de Direito;

— a reacção internacional, preocupante para o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, reacção esta que sobretudo se verificou em países da Europa Ocidental;

— o início da apreciação do Plano Económico em Conselho de Ministros (e aqui é devida uma palavra de elogio a Melo Antunes, Rui Vilar e Silva Lopes);

— a defesa do C. D. S. contra o ataque do MDP/CDE; — a posição de elevadas instituições do poder político sobre a participação do M. F. A. nas Constituintes.

Estes dois últimos pontos — concretamente — correspondem a derrotas aeadadas pelo MDP/CDE.

Assim, o CDS (visitado, entretanto, por uma delegação composta democraticamente) respondeu ao ataque do Part. E. e os observadores políticos pensam que, efectivamente, a sobrevivência (ou não) do CDS no xadrez português é um dos testes à democracia pluralista entre nós. Uma vez realizado publicamente o jogo democrático de direita pelos membros da coligação, o CDS tem

diário a actuar livremente, e sem coacções físicas ou psicológicas. O objectivo de o eliminar corresponderia — segundo esses observadores — a um gravíssimo sinal de que haveria forças políticas não interessadas em aceitar o jogo democrático eleitoral.

Mas, muito mais importantes foram as 3 entrevistas do Presidente Costa Gomes, do Ministro Victor Alves e do Brigadeiro Onofre Saraiva de Carvalho, em que, pessoalmente, repudiaram a presença do M. F. A. na Constituinte.

Esclarecendo um ponto sobre o qual as posições partidárias eram conhecidas: o MDP/CDE pela participação; o PCP também pela participação, mas admitindo outras hipóteses; os PS e FPD contra a participação, aquelas personalidades políticas e militares vieram reafirmar a natureza supra-partidária e não eleitoral das Forças Armadas Portuguesas. O que não as afasta do processo constituinte, mas sim da Assembleia a eleger em Março (Aboli).

VII

Durante o período analisado, reuniu uma vez o Conselho Superior do MFA, e, de outra vez, o grupo de ministros militares.

Crisis constituiu emago para uma já conhecida manobra dos meios reaccionários: a difusão de boatos, um dos quais seria o de um confronto entre Vasco Gonçalves, e Melo Antunes e Victor Alves.

Nada de menos exacto. Tendo diversido a actividade política, económica e social, saiu reafirmado daquelas reuniões o es-

pírito de unidade do M.F.A. e dos seus representantes no Governo Provisório.

Tendo actuado com rapidez a 13 de Dezembro, o Governo está apostado a não dar argumentos à reacção, repetitando escrupulosamente as normas de um Estado de Direito.

Por outro lado, meios afectos ao Governo consideram que ele tem plena noção dos fundamentos e repercussões do que acabou por ser a crise de 13 de Dezembro.

Está consciente da necessidade de não esmorecer um só momento na luta anti-monopólio, mas também da necessidade de estabelecer um equilíbrio de poderes, que prepare as eleições de Março sem jogadas de predomínio de uma ou algumas forças que venham a diminuir o alcance do acto eleitoral.

Brevemente se entrará ao ano de 1975. É de crer que os 3 partidos da coligação repensem as suas estratégias de até à sua voracidade eleitoral ou pré-eleitoral, conforme os casos, e aceitem que o processo democrático em curso (de que as eleições são apenas um primeiro passo) exige uma certa plataforma mínima de entendimento. Sem estratégias duplas, sem jogadas "off-side"... Plataforma que é feita de transigências e compromissos, e poderá ter de manter-se durante alguns anos. Mas, uma plataforma sem "golpes" por fora.

Plataforma essa que o M. F. A. garante, mantendo-se o melhor génio da democracia portuguesa, e não se prestando aos jogos partidários, venham eles de onde vierem.

N. S.

CARVALHO Augusto de

O acordo Neto—Savimbi sublinha o nacionalismo angolano sob a égide de Rosa Coutinho

AS FORÇAS ARMADAS não podem adoptar a atitude simplista do Póncio Pilatos que pretende conceder a independência e lavar-las as suas mãos. Não, O M. F. A. e as Forças Armadas em si, têm responsabilidades por terem iniciado o processo e ganharam direito e digo mais o dever de nele intervir. É preciso que cada um se consciencialize disso. A obra é de todos e a nossa consciência e o novo dever não permitam que assistamos ao processo de descolonização como simples espectadores”.

Essas palavras do Alto Comissário de Angola, Almirante Rosa Coutinho, pronunciadas, na quarta-feira, na sua qualidade de comandante em Chefe das Forças Armadas em Angola, harmonizam-se, perfeitamente, com a declaração que nos fez um alto representante do M.P.L.A. em Afrol ao dizer: “Portugal tem altas responsabilidades na descolonização de Angola. Refutando-se apressadamente, sem olhar a consequência, pode estar a favorecer o jogo do imperialismo cujas manobras sobre Angola são mais que evidentes e neste sentido concentra forças. Não pode, de forma alguma, a acção de Portugal, neste momento, carnar, directa ou indirectamente, um acto logo de colonialismo”.

Clivões altamente responsáveis do governo português a quem, há dias, expresse os recios de uma guerra civil, logo a seguir à independência, em virtude de se encon-

trarem na realidade, três exércitos em presença, que correspondem aos três movimentos de libertação, exércitos cujos bem preparados, armados e treinados. Não se podendo contar então com o diásson ou fiel da balança constituído pelo exército português certamente essas três forças não estarão fundidas objectiva e subjectivamente num único corpo militar, fofone dito textualmente: “Pensamos que os movimentos de libertação vão pedir a Portugal para que não retire as suas Forças Armadas, logo a seguir à independência”.

O significado da presença das Forças Armadas

O problema é, na realidade, complexo, até porque pode aparecer alguém que julgue que a continuação ali das Forças Armadas portuguesas representa uma outra forma de colonialismo, colonialismo, aliás, que Portugal não está em condições de praticar ainda que o queisesse.

Há organizações ditas progressistas, em Portugal, que interpretam nesta última aceção inclusivamente a presença actual do exército português em Angola, advogando que é ao povo angolano a quem compete decidir os seus ditendos. Tal tomada de posição representa um desconhecimento total da situação real e das forças em presença, forças essas que actuam no palco Angolano, onde o povo, enquanto povo na sua glo-

balidade, pouco tem a dizer, até porque lhe falta voz para tanto, não havendo conseguido ainda, por força do colonialismo ou exploração, conquistar a própria palavra capaz de expelir os seus anseios mais profundos. Esses anseios, porém, são capazes de ser formulados por homens que se organizaram, que auscultaram o povo de hoje através da sua história e são os seus porta-vozes autênticos. Como médicos que se debruçaram sobre o paciente incapaz, por falta de conhecimento, preparação e técnica, de descobrir a medicação para o seu completo restabelecimento. Verdade seja dita que o povo angolano, na sua generalidade, foi lançado e conservado através dos séculos numa letargia tal que o impedisse de reagir em bloco contra o tratamento a que o sujeitaram.

Entre, porém, os movimentos que se dizem de libertação, nem todos se debruçaram sobre o povo angolano. Alguns há que em vez de seus porta-vozes são agentes de laboratórios estrangeiros que procuram vender os seus medicamentos e criar novas doenças para novas vendas. Auscultam os estrangeiros e não o povo de Angola, passando a ser agentes daqueles e não deste. E aquilo que em linguagem política se chamam agentes do imperialismo. Por outro lado, a situação, em Angola, nas suas diversas facetas, é terreno propício ao infiltrar de influências estrangeiras, terreno esse ultimamente tem vindo a ser cul-

tivado à pressa pelos especialistas em infiltrar o vírus do chamado imperialismo.

Acontece, por conseguinte, que quando organizações, mesmo que de esquerda ou extrema-esquerda intituladas, "caíem" a retirada imediata de Portugal do solo Angolano, sem se preocuparem com saber que tipo de Forças Armadas é que exercem ali a sua vigilância, nem qual a força real e actual em termos militares dos movimentos de libertação, podem estar a favorecer o germinar de novos colonialismos que pretendem combater.

Nos meandros das políticas externas

Ninguém duvida hoje e no EXPRESSO já por mais de uma vez ficou provado que Mobutu é, no continente africano, pólo de atracção, confluência, e irradiação de influências estrangeiras que pretendem conquistar Angola. Por estranho que pareça, os próprios colosos brancos que não tinham razão para confiar em Mobutu, até porque foram expulsos do Zaire havendo-lhes sido confiscados os haveres, estão muitos deles inclinados para a FNLA, a organização mantida pelo presidente do Zaire e sua mão longa em território angolano.

Acontece, também, que Mobutu é recebido com mostras de amizade na China, precisamente numa altura em que a Tanzânia procura a aral-la ainda mais para si com a finalidade entre outras de obter maiores auxílios para o M.P.L.A., sabido, como é do domínio público, que, desde há muito, a China auxilia de maneira não indiferente o F.N.L.A. Há, porém, quem seja levada a confundir a política externa da China com a justiça das posições dos povos por ela ajudados. Aludindo a este facto, dizia um alto funcionário da China na ONU que os povos é que devem resolver os seus problemas e não estar à espera que sejam os governos estrangeiros a solucioná-los. A avaliar pelo que dizem as agências noticiosas, a visita de Mobutu à China tem servido a esta para desferir ataques contra as políticas que classifica de expansionistas quer da União Soviética, quer dos Estados Unidos, embora à stinade destas duas nações em relação a Angola seja diametralmente oposta. A nível interpretativo talvez se possa compreender a política externa chinesa, se pensarmos no caso do Chile, caso de que não é, de forma alguma fêcto partir, para negar à China que ela representa no plano teórico e prático a ponta de lança do marxismo-leninismo e que a União Soviética entrou abertamente pelo caminho de um pragmatismo reformista, dividindo as influências mundiais com os E.U.A.

Acontece que no respeitante a Angola vamos encontrar os Es-

tados Unidos a auxiliar o FNLA, o mesmo acontecendo com a China de Mao que, no entanto, em algo ajuda o MPLA.

A propósito do Zaire vem a talho de foice lembrar que ainda esta semana mais de um milhão de militantes do M.P.L.A. estiveram reunidos em Munique, a fim de apreciarem o actual processo de libertação de Angola, tendo-se, entre outras tomadas de posição no seu comunicado final, que "o governo do Zaire, ao serviço de interesses inconfessáveis e alheios à África, interfere flagrantemente nos problemas internos angolanos, apoiando partidos e organizações sem representatividade nacional, retardando assim o processo de emancipação do nosso povo.

Kinshasa, capital de um país, prossegue o comunicado, que nem passado recente enfrentou tentativas de secessão, tornou-se, assim, o centro de uma conspiração internacional contra a integridade territorial de Angola, princípio reconhecido pela carta das Nações Unidas "e pela Organização da Unidade Africana".

A confirmar intervenções estranhas de Mobutu podemos citar alguns telegramas em que o presidente do Zaire protestava contra determinadas prisões de personalidades da vida económica angolana, prisioneiras essas justificadas pelo facto de entravarem os caminhos da descolonização de Angola, e ainda a protecção e apoio conferido a Daniel Chipenda que foi do MPLA e hoje se ocupa a desenvolver importante actividade para desagregar o movimento de que até chegou a ser um dos líderes. Parece-nos importante chamar a atenção aqui para a nossa reportagem de Argel quando esquadramos a descolonização de São Tomé e Príncipe no conjunto da política que envolve o Sul da África. Ali fizemos revelações que o evoluir das situações tem confirmado de maneira flagrante.

O comunicado

Neto-Savimbi

Quanto às conversações sobre Angola que se julga terão início nos princípios de Janeiro e que pode acontecer, segundo declarações da UNITA, que se realizem num país africano francófono, a posição do governo português foi esclarecida pelo ministro da Coordenação Interterritorial, dr. Almeida

Santos: "não há ainda local nem data para as conversações, embora estejam a procurar que seja o mais rapidamente possível, uma vez que não temos interesse algum em diferir a data da definição da situação futura de Angola".

Na realidade o que falta, agora, é que os três movimentos que vão estar presentes na mesa das negociações elaborem uma plataforma de acordo de tal forma que o governo português possa ter uma base sólida para trabalhar em ordem à transferência da soberania.

Mário Soares encontrou em Kinshasa o FNLA e a UNITA, mas não conseguiu, então, avistar-se com o dr. Agostinho Neto, apesar dos esforços de Mobutu e do próprio presidente do Congo Brazzaville para que o líder do MPLA SE DESLOCASSE A Kinshasa.

Agostinho Neto respondeu ao mensageiro de então que os problemas de Angola apenas diziam respeito aos angolanos e não a presidentes de países estrangeiros. Foi anunciado na altura pelas agências internacionais que UNITA e FNLA haviam chegado a um acordo e a unanimidade de pontos de vistas. Entretanto, agora e sob a égide do almirante Rosa Coutinho, Jonas Savimbi e Agostinho Neto encontraram-se no Luso, em Angola, fora das vistas e protecções de presidentes estrangeiros, o que, além do mais, vem pôr em relevo a clarividência de Rosa Coutinho e a tentativa do Alto Comissário de afastar as autoridades estrangeiras de se imiscuir em problemas que são do povo angolano. Esta preocupação de Rosa Coutinho tem-lhe valido alguns ataques do FNLA para quem Mobutu é o deus-todo-poderoso. Assim, no final das conversações, pôde declarar o Alto Comissário de Angola estar satisfeito com o desenrolar das mesmas, sublinhando a importância do facto de se haverem realizado em território nacional angolano. Disse com efeito: "Estou satisfeito por verificar que os presidentes da UNITA e MPLA se encontraram em território angolano, lato prova que os problemas de Angola só podem ser resolvidos em Angola."

Que significa o acordo, esta semana assinado entre a UNITA e o MPLA? Que a UNITA se começa a distanciar do FNLA? E cedo para

o dizer, mas de qualquer maneira é sintomático que o FNLA não haja estado presente no Luso, bem como sintomáticas são as expressões usadas no comunicado. Dede salientamos: "considerando que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é essencial à luta contra o colonialismo e o imperialismo e o instrumento de salvaguarda da independência nacional; tendo bem presentes as manobras imperialistas que põem em causa a paz e a integridade territorial do país; considerando que a ingenuidade de interesses estrangeiros na vida política e a existência de uma reacção interna em Angola constituem uma ameaça à independência e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana; preocupados com o agravamento constante da situação económica de Angola e suas incidências sociais, o MPLA e a UNITA decidem:

1 — Pôr termo a toda a espécie de hostilidades e de propaganda que dificultem a colaboração franca e sincera entre as duas organizações;

2 — Estabelecer um clima favorável à cooperação estreita entre as duas organizações, de base ao topo, e ao respeito mútuo entre elas;

3 — Defender constantemente e em comum os interesses das massas trabalhadoras e camponesas e lutar pela extinção de todos os vestígios do colonialismo;

4 — Criar em comum organismos a todos os níveis da sociedade angolana, tendentes a solucionar "in loco" os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas que permita desde já estudar com os diferentes sectores interessados as causas e os eventuais remédios para ultrapassar a actual recessão económica;

5 — Não se intrometer nos assuntos internos das organizações signatárias deste acordo;

6 — Ter como objectivo fundamental o benefício das camadas mais exploradas do povo na reconstrução nacional e em todos os domínios;

7 — Procurar estabelecer em conjunto com o FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) neste momento crucial da história do nosso povo, uma plataforma política comum que sirva de base a

discussão com o governo português sobre a formação de um governo de transição.

8 — Operar-se tenazmente às manobras da reacção interna que visam perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo, perturbando assim a paz duramente conquistada após anos inúmeros de sacrifício;

9 — Combater com vigor as manobras que atentem contra a unidade nacional e visem a secessão do país".

Assim o comunicado pelo comité central da UNITA, o dr. Jonas Malheiro Savimbi e pelo comité central do MPLA, e do Agostinho Neto.

Tentativa de interpretação

Rever-se, sem dúvida, este comunicado conjunto de altíssima importância e não se valdria um estreitamento de relações entre os dois signatários que não pode levar a pensar num afastamento progressivo da UNITA da órbita do FNLA para se aproximar do MPLA. Tal facto não seria de estranhar, dado que a UNITA, apesar das suas relações com o governo deposto em 25 de Abril, é um movimento de características mais nacionalistas que o FNLA, sendo, por isso mesmo capaz de sintetizar mais profundamente com o MPLA.

Por outro lado, é evidente que o movimento ligado nitidamente a interesses estrangeiros através do presidente Mobutu que, muitas vezes, tem aparecido na prática como o seu orientador, é o FNLA.

A ser verdade o que parece transparecer do acordo, a UNITA terá consigo o apoio de muitos colonos, o que irá contribuir para expiar sequelas do colonialismo interno e dividir as suas forças. No entanto, é demasiado cedo para tirar conclusões definitivas.

O ambiente angolano é um quadro potencial de guerra civil e o MFA e todas as forças progressivas portuguesas e angolanas têm de se dar as mãos para evitar. Refiro-me apenas às forças progressivas dado que só a estas interessa o evitar de tal guerra, pois a todas as outras uma situação conflituosa favorece a esperança de não serem destruídos privilégios de tipo colonialista ou imperialista.

Agosto de Carvalho

Delgado, Humberto

Os Açores e o anti-americanismo

Humberto Delgado

FOI ESTE um artigo escrito pelo general Humberto Delgado para ser publicado na imprensa inglesa e entregue ao jornalista António de Figueiredo, então no exílio em Londres, que o incluírá num livro que prepara sobre o general. Pareceu-nos um documento de importância sobretudo, agora, que as negociações sobre os Açores estão em curso. Na altura não foi publicado em Inglaterra, sendo, por conseguinte, a primeira vez que é tornado público o que fazemos em rigoroso exclusivo.

No fim deste ano de 1962 cessa o acordo referente à base das Lajes ou Lagens — conforme consta das cartas corográficas usadas na última guerra mundial, base aquela que os Estados Unidos utilizam no Arquipélago dos Açores.

Tendo sido eu o oficial português que secretamente preparei o acordo com a Inglaterra, e o desembarque dos aliados, em 1943, nos Açores, pode acaso interessar levantar algo dos arquivos da História.

O estado ácerca da cessão de bases nos Açores começou por 1941, época em que, simples major, fui nomeado representante português do Ar para tal efeito. Distanciou-se a situação fingindo-se que eu me dedicava a Inglaterra além de chefiar missão de jovens oficiais que iam treinar-se na Royal Air Force.

O memorando inglês pedindo informações a respeito dos Açores, era muito sóbrio. Meia dúzia de linhas. Com ele parti rumo ao arquipélago, em fim de 1941. Colhi os elementos pedidos e apresentei a Londres com o meu relatório que seria designado por «Delgado's Blue Report N.º 1», data a cópia da capa que lhe apoz.

A ninguém, nem mesmo ao comandante militar dos Açores, eu estava autorizado a dizer da minha real missão, circunstância que a dificultou. Contudo, os elementos foram suficientes para a fase inicial, segundo as opiniões do meu homólogo «British Air Representative», o hoje Air Comodoro Rola Vintres, e do seu superior do Intelligence, hoje Air Marshal Sir

William. Ellis com quem anos depois me encontraria, em Washington, ambos nós membros do Comité dos Representantes Militares junto da OTAN, (NATO).

Algo resultou de essencial ao tomar em contacto directo em Inglaterra com o comandante do Coastal Command, Air Chief Marshal Sir Philip Joubert de la Ferté. Assim, os ingleses estavam na sã de poderem utilizar hidro-aviões o que, perante meu relatório no concernente às condições do mar e dos lagos, logo puseram de parte. Tudo se fez só com aviões de rodas.

Voltei aos Açores em 1942, então para colher elementos de pormenor que geraram o relatório n.º II, grosso e pesado volume que contém larga variedade de matérias, desde os perfis das costas até ao levantamento topográfico, cuidado, do terreno circunvizinho; desde meteorologia às possibilidades de desembarque em diversos locais; desde comunicações à energia eléctrica e delecta dos aeródromos. E outras coisas mais.

Pode assim tratar-se do acedro final e do desembarque.

Bem antes deste, Sua Majestade George VI, em audiência dado ao embaixador Armando Monteiro, transmitiu-me lixeira opinião acerca dos relatórios apresentados, ouvida talvez no almoço semanal com Churchill, o grande homem da defesa. Para enaltecimento dos oficiais que comigo colaboraram neste trabalho que fiz produzir rapidamente sob pressão forte, transcrevo o seguinte da citação com que o governo britânico

acompanhou a comenda da Ordem do Império Britânico que me concedeu: «The result was that when the British Forces came to occupy the Azores they were able to use Lages airfield at once in the battle of the Atlantic whereas many people had thought that it would not be possible to do so for six months». «O resultado foi que, quando as forças britânicas chegaram aos Açores, elas puderam utilizar imediatamente o aeródromo das Lages na batalha do Atlântico, embora muita gente pensasse que tal não seria possível antes dos seis meses».

As democracias, incluindo a inglesa, esqueceram tudo isto, agora que estão no exílio combatendo a ditadura, mas por isso mesmo convém lembrá-la. Bem assim, que o governo britânico declara no mesmo laudo: «He staked his whole future (arriscou todo o seu futuro). E vê-se bem, agora que perdi as estufas e vencimentos, demitido da Força Aérea por haver cometido o duplo crime de concorrer à eleição presidencial e ter visitado a Inglaterra por 1959, em missão política. O ditador não perdona».

Desta concessão de bases aos ingleses, aproveitaram os americanos.

Escoço histórico

Sintetizo rapidamente a história diplomática do caso.

Começa o assunto por nota de 23

de Junho de 1943 e o acórdão complementar porvenhorizado de 17 de agosto, pelo qual se concederam facilidades ao abrigo da velha aliança de 16 de julho de 1373, talvez a mais antiga do mundo.

Em 8 de Outubro de 1943, desembarcavam as tropas inglesas em Angra do Heroísmo — ilha Terceira.

As facilidades concedidas abrangiam: a base principal nas Lages; um aeródromo de emergência em Santana (na ilha de São Miguel); - algumas possibilidades navais nos portos de Ponta Delgada (São Miguel), Faial (ilha do mesmo nome) e, naturalmente, a utilização do citado porto de desembarque. Na baía da Praia da Vitória, próxima das Lages, a marinha americana montaria mais tarde um «pipe-line».

Como o aeródromo das Lages oferecia difícil pista numa direcção importante e, além disso, notoriamente incapaz de uma base para seu exclusivo uso, por acórdão de 28 de Novembro de 1944 foi-lhe concedida a base aérea da ilha de Santa Maria.

Estava eu, incidentalmente, nos Açores quando o general Smith, comandante da força americana foi proceder a um reconhecimento à ilha, trajando mero civil mero militar, obedecendo assim a qualquer ordem da directiva do chefe do governo português, Dr. Salazar, sabidamente com tendência para o eixo nazi. Resolvi acompanhar Smith e aproveitar a

minha amizade com o comandante da ilha, coronel de engenharia Hermínio Serrano, para os apresentar e assim lançar a lubrificação das suas futuras relações pessoais.

Quando a guerra findou, o Dr. Salazar exigiu a retirada das forças americanas. As facilidades limitaram-se ao aeródromo das Lagens, para trânsito.

Em 6 de Setembro de 1951, novo acórdão as concedia no mesmo aeródromo mas com base nos artigos III e V do Tratado do Atlântico Norte de 1959. Renovado sucessivamente, expirará em 31 de Dezembro de 1962.

Dificuldades de momento

Vieram a público as dificuldades levantadas. Em Junho de 1962, o caso chegou mesmo ao ponto de o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dean Rusk, ser agressivamente recebido em Lisboa pelo governo, e agredido por estudantes — claramente, em país vigiado gestivamente, bem autorizados ou até impulsionados pela PIDE — a feroz polícia do ditador. Base: os E.U.A. desapudarem no caso de Angola.

Mais uma vez os americanos, responsáveis pela nova Pax, depois da Pax Romana e da Pax Britânica, eram maltratados. No caso português, até pelos dois campos opostos: salazarismo e opoicionismo. Não pouco tempo a salientar certa grã de injustiça que existe contra os E.U.A. — afinal, através da história, o exemplo de maior humildade no emprego da força,

até o único país que, indo à Europa para a fazer ganhar duas guerras, não aneou qualquer parcela territorial. Limito-me a verificá-lo, fora portanto de emoções e «slogans» e dentro da linha objectiva que mantive na OYAN, como o próprio coronel Walter Vernon actual adido militar americano no Rio de Janeiro, ao tempo intérprete em Washington de sobejo certamente pode verificar quando, tanta vez, como representante de Portugal, adocci fricções entre países grandes, fricções que abrangiam algo de cume pela posição de líder conquistada pelos E.U.A.

Ao contrário da Velha Róma ou da Inglaterra Vitoriana — muita gente o desconhece ou não atenta no caso — o Congresso Americano é constituído por muitos elementos que devem a eleição a descendentes de recém-chegados de outros países. Centro de imigração, é natural. Aponta-se que Nova York é a segunda cidade italiana e Massachusetts um feudo português onde fala um fantástico dialeto misto. Então, como as colónias das ditaduras no estrangeiro em geral se mantêm fieis aos ditadores até à morte destes, não admira que fôsse exactamente Mr. Martin, eleito por Massachusetts, quem, no Congresso, liderasse a campanha pró-política portuguesa colonial, em benefício de fácil assinatura de novo acórdão dos Açores. Outro congressista, Mr. Rivers (Carolina do Sul), vendo as coisas ao contrário da realidade, mostrou-se seriamente preocupado com a possibilidade da instalação do comunismo em Portugal e Espanha, parecendo preferir que se mantenha a tortura física medieval

sobre liberais e comunistas (ou como tal acusado) a correr-se o risco de ser dado o direito à oposição de, democraticamente, tomar o poder.

Não: o comunismo cresce esattamente por excesso de permanência da ditadura no poder. Ora, alguns, em «slogans», atribuem aos E.U.A. a culpa da longa permanência. Bem se sabe que eu considero este «slogan» uma fórmula inferior da racionalização do comodismo dos portugueses a quem compete liberar o país — principalmente as Forças Armadas. Mas a História não se faz com lógica; sim com sentimentos e emoções.

Dal, realmente crescer simultaneamente o anti-americanismo e o comunismo conforme pelas vias officinas de que podia dispor, já expus. Acresce que tem sido o Partido Comunista, e dum forma geral a esquerda, quem tem fornecimento o maior número de mártires na luta para a libertação de Portugal, razão porque tantos liberais aceitam (como Roosevelt, Churchill e De Gaulle para resistirem ao Nazismo que se conte com estas forças para o derrube da ditadura.

Como a grande culpa da manutenção do despotismo cabe às forças armadas, que absorvem 1/3 do orçamento do Estado, muito naturalmente tem gasho vulto dentro da oposição a idéias de reduzir os gastos militares e, indirectamente, tem oscido certo anti-Otanismo ou anti-Natismo—conforme a lingua em que se traduza o nome da Organização do Tratado de Atlântico Norte.

Já em 1958 senti isso fortemente, e fui por minha intervenção pessoal na Proclamação ao Povo Português, tal se não fez figurar. Ao contrário a oposição, embora sôbriamente, disse manter os acordos internacionais. Mas fez-se referência ao preâmbulo do Tratado de Atlântico Norte, que diz: «As partes contratantes determinam-se a salvaguardar a liberdade, herança comum dos seus povos, fundada nos principios da democracia, liberdade individual e o reino do direito». «A bon entendeur». Era um compromisso.

NÁ pouco, um jovem socialista, exilado politico, Dr. Manuel

Serôrio, resolveu publicar um esboço do que poderia ser uma plataforma da esquerda. Nele fez figurar neutralidade, aliás em voga entre os socialistas, no que respecta às relações com a OTAN. Pediu-me umas palavras para o documento e eu não achei que fosse adequado entrar em pormenor na análise, tanto mais que o escrito dentro da doutrina geral de politica interna, não se afastava visivelmente das bases de 1958.

No entanto, em Londres, melhor centro de irradiação mundial do que o Rio de Janeiro, leracia-se nota (Daily Telegraph de 5 de Novembro, por exemplo segundo a qual o movimento Nacional Independência que cheffo declarava por um lado, que não se devia misturar a questão tão colonial com a dos Açores, e por outro, que eu que fóra um dos principais preparadores dos acordos na II Guerra Mundial, julgava estes de mútuo interesse para Portugal e os Estados Unidos.

A nota formeiça por Delgado em Inglaterra M. António Figueiredo.

Aliás sempre perfeitamente os socialistas julgar que se pode ser ocidental e estar fora da OTAN, quanto mais não seja porque o cacasso orçamento que gasho uns 10% apenas em educação, é em grande parte consumido nas despesas militares, por Portugal pertencer àquela organização. Ninguém pode negar que a Suécia e ocidental, e Lord Home ainda há pouco, revolucionariamente, apresentou a idéias de um dia a Rússia se aliar ao ocidente. Ainda, dentro da mesma ordem de idéias, repare-se que enquanto a oposição portuguesa se queixa de que os Estados Unidos são culpados, em boa parte, da manutenção da ditadura, dólares americanos afluem em abundância em beneficio de uma índia neutralista ou — é uma IUGOSLÁVIA COMUNISTA!

Finalmente, para pulverizar o salazarismo e neo-salazarismo que finge ser oposição, ambos a quererem explorar a ingenuidade americana, fingindo-se amigos dos Estados Unidos (!) através de um tipo de anti-comunismo com o qual até o Conselho Executivo não concordou, transcrevo o seguinte

passo da Exortação que enviá há meses, 30 de março, às Forças Armadas portuguesas.

«Queixa-se o Dr. Salazar e queixa-se grande maioria da oposição — comigo à frente — de que a juventude se está tornando comunista».

.....E depois, curiosamente, o Dr. Salazar fez admirado de que tantos democratas/acabem por dar a mão aos comunistas,, no sentido de juntarem forças para derrubar a ditadura».

.....O Exército, lendo pela mesma cartilha, chefo de mão do Povo que é considera comunista, vai molemente apoiando o ditador pela forma mais vil da politica: a inércia. Não repara na grande incongruência que é a de, com mão ao comunismo, cada vez fabricar mais comunistas, conservando o Dr. Salazar no poder».

Embora, como disse acima, discorde de lançar-se a grande culpa sobre os Estados Unidos, não quer isso dizer que não reconheça que o líder do ocidente poderia fazer algo substancial pró-implantação da democracia em Portugal. Pode ser grave erro condicionar uma politica de grande visão ao relativamente pequeno no caso de manter facilidades em território português. Na verdade, com a passagem do tempo, a manter-se o crescimento do anti-americanismo, consequência de atribuir aos Estados Unidos e às democracias a culpa da miséria portuguesa, pode suceder que, no dia da libertação de Portugal e Espanha, surja o perigo de certo caos desde os Pireneos ao Cabo da Roca.

Não se dirá que não lancei o aviso? a tempo, aos Sete dos Unidos.

Por muito amigo que seja deste país, ao qual me unem grandes laços, não esqueço que sou português e que, em 1958, o Povo quiz que eu fosse Chefe de Estado de todos os que nasceram em Portugal, desde católicos a protestantes e agnósticos; desde simples republicanos a socialistas e comunistas. Ora, a Nação que compete, através de eleições livres, eleger os legitimos representantes que decidam dos destinos da Pátria.

Sabotagem ao EXPRESSO: económica ou política?

OS QUE TRABALHAM no EXPRESSO não têm dúvidas: não é por acaso que fomos o único jornal a ser sabotado. Por mais que se procurem motivos económicos ou laborais, por mais que se tente compreender a atitude de quem decidiu impedir, a todo o custo, a distribuição do jornal, não há explicações plausíveis nem entendimentos válidos que não forcem a inserir o problema num plano político mais vasto.

Se não, vejamos:

— A sabotagem do EXPRESSO é legal em face de decisões da Assembleia Geral do chamado Sindicato dos Vendedores de Jornais (S.V.J.) acerca dos trâmites a seguir quanto à apresentação de reivindicações.

— É legal, igualmente, por ter sido feita com violência (bloqueamento de ruas, evaziamento de pneus, ameaças de pagar fogo aos exemplares que saíssem, etc.) e por ter sido continuado na segunda-feira com insultos e pistola apontada.

— É legal, ainda, por ser efectuado em relação a toda a edição, tentando assim o S.V.J. prejudicar, as tabacarias e outros agentes, em Portugal, nas colónias e no estrangeiro, bem como os assinantes, sem ter recebido procuração de quaisquer deles.

— É legal, por fim, por se ter verificado quando decorriam negociações, na Direcção Geral de Preços, entre o S.V.J. e os representantes das empresas jornalísticas, precisamente acerca do pretendido aumento das comissões dos vendedores de jornais.

Por outro lado, a exigência (de que tivemos conhecimento na manhã de sábado) do aumento da comissão é apresentada ao único jornal que, nos últimos tempos, concedeu um benefício real aos vendedores (na medida em que estes passaram a receber 1500, em vez de 1500, por cada exemplar vendido).

Não se diga, além disso, que o boicote ao EXPRESSO constitui como que um aviso aos jornais do Porto que pretendam sair no domingo passado, visto que o EXPRESSO é um semanário e nada tem a ver com a questão de sair ou não jornal no domingo). E (isto pouco se aceta a reclamação de que os últimos números do EXPRESSO têm tido um número muito elevado de páginas já que há jornais (alguns diários) que têm volume semelhante e nunca se ouviu qualquer protesto quanto ao seu peso (além de que toda a gente que trabalha na imprensa sabe que, nos dois meses antes do Natal, há sempre uma afluência extraordinária de publicidade, que justifica o aumento do número de páginas — para os leitores não serem burlados — e compensa financeiramente o decréscimo que se verificará, a partir de agora, até Março/Abril).

A missão da imprensa independente não é agradar a Governos, partidos ou grupos económicos. A missão da imprensa é ir ao fundo dos acontecimentos, relatá-los, interpretá-los (mesmo que isso desagrade a grupos económicos, partidos políticos ou Governos), de modo a permitir que quem a lê tire as suas conclusões e faça as suas opções.

Para isso e por isso, não pode haver assentos tolos nem seleções subjectivas — parciais — das informações ou de opiniões. Para isso e por isso, haverá que ter a coragem de dar prioridade ao que é realmente importante e de arrastar com as consequências das lras dos poderosos.

E o que procuramos fazer no EXPRESSO. Não estamos convencidos de que produzimos o melhor jornal do mundo; pelo contrário, procuramos, todas as semanas, críticas ao número anterior e fazer o melhor no próximo.

Haverá — disse estamos certos — quem não goste de nós. Mas também há quem em nós confie, quem espere pelo sábado e pelo EXPRESSO para ter uma ideia clara da situação nacional e internacional, política, económica ou cultural (disse também estamos certos, não pelas provas de solidariedade que ingenuamente poderíamos esperar dos nossos colegas da imprensa, mas pelas demonstrações de amizade que recebemos, de muitos leitores, anunciantes, agentes e até de vendedores de jornais).

Seja como for, não sabemos ser de outro modo. Continuamos, pois, como até agora. Sem medo dos ataques económicos ou políticos. Sem mudar o nosso comportamento. Sem medo de quem tem medo de nós.

Continuaremos como somos e como queremos. Dispostos a preservar a nossa independência e a cumprir a nossa missão. Dispostos a enfrentar a vencer os acasos das sabotagens.

Dispostos, se for caso disso, a morrer de pé.

ANUNCIAÇÃO, Pedro de
 FERNANDES, Miguel de Almeida
 SOUSA, Nuno

Expresso

74-12-21 R 17-18

EXIBIÇÃO GREGATA

ESTRUTURA E FUNÇÕES DO MFA

É DESCONHECIDA da maioria dos portugueses, nos seus pormenores estruturais, a organização do Movimento das Forças Armadas.

Depois de alguns meses de sedimentação, o M.F.A. dispõe hoje de uma organização própria que se propõe preencher alguns objectivos essenciais:

- a) a institucionalização do M.F.A. como corpo dentro das Forças Armadas, com a preocupação de o alargar a todas elas, e de o inserir dentro da hierarquia estabelecida;
- b) a participação dos militares no processo democrático em curso;
- c) a informação ascendente e descendente, a todos os escalões, acerca das principais questões suscitadas no decurso daquele processo.

A orgânica montada e em funcionamento, vista de forma descritiva, compreende 5 escalões, dispostos em pirâmide (ver gravura 1).

Conselho dos 20

Na cúpula, como órgão máximo do M.F.A., aparece o Conselho Superior do M.F.A. Também conhecido por Conselho dos 20.

Compõe-no o Presidente da República (que preside), os restantes 4 membros da Junta de Salvação Nacional, os 5 ministros militares (primeiro ministro, dois ministros sem pasta, ministro da Administração Interna, e Ministro do Trabalho), o comandante do COPCON e 7 membros da Comissão Coordenadora do Programa. Secretaria um destes sete últimos membros.

Este Conselho reúne todas as semanas ao sábado, competindo-lhe, "grasso modo", apreciar as principais orientações de natureza política e militar.

Criado este Conselho, qual é a competência que fica a pertencer à Comissão Coordenadora do Programa?

Ela deixa de exercer uma função primordialmente deliberativa, para passar a funcionar ao órgão consultivo, junto da Junta de Salvação Nacional.

Assim, cumprir-lhe-á, naturalmente, acompanhar o cumprimento do programa do MFA, elaborando pareceres para o Presidente da República, a Junta de Salvação Nacional e o Primeiro Ministro.

Também dará pareceres sobre a democratização das Forças Armadas, e manterá contactos com o COPCON com fim informativos, e com as bases acerca do processo em curso.

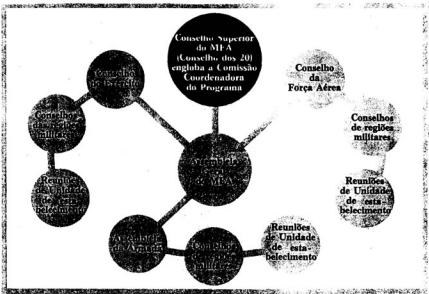
Finalmente, representará o MFA no Conselho de Estado (este membro), e apoiará o Governo Provisório, designadamente os membros do MFA que dele fazem parte.

Textos de
 Pedro de Anunciação
 Miguel de Almeida
 Fernandes
 e Nuno de Sousa

Assembleia Geral
 do MFA

O segundo escalão da pirâmide é representado pela Assembleia dos Delegados das três armas, também designada por Assembleia Geral do MFA. Compõem-na os membros dos Conselhos do Exército, da Força Aérea e da Marinha, sendo mais de metade (114) dos delegados do Exército.

Foi esta Assembleia que se



reuniu pela primeira vez há duas semanas.

Em princípio, as suas reuniões

são promovidas e secretariadas pela 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, e

realizam-se às sextas-feiras da 4.ª semana de cada mês.

Quanto à sua competência, ela

será abordada no artigo "A história de uma estrutura", também publicado nesta página.

Conselho de Armas

O terceiro escalão da orgânica que descrevemos é já diferenciado por armas. A cada uma destas corresponde uma organização própria deste escalão para bases.

Se tomarmos, por exemplo, a do Conselho do Exército, teremos que ele é formado por 114 delegados, dos quais 45 eleitos, 31 designados e 38 elementos da hierarquia militar. Entendem-se por elementos eleitos os que são escolhidos por eleição das Regiões Militares 110 no Porto, 5 em Coimbra, 7 em Tomar, 16 em Lisboa e 7 em Evora. Membros da hierarquia militar são o Chefe do Estado-Maior do Exército, o segundo membro desta arma na Junta de Salvação Nacional, 4 representantes do Estado-Maior do Exército, 10 dos Conselhos das Armas e Serviços, 1 por cada Região Militar, das Escolas Práticas da Academia Militar 3 da ECS, 6 das Ilhas e Ultramar.

Finalmente, são designados, sem ser pela via eleitoral ou da hierarquia militar, três membros da CCP, 1 do Estado-Maior do Exército, 8 das Ilhas e do Ultramar e os 19 membros da antiga Comissão Coordenadora do Exército.

Preside ao Conselho do Exército o Chefe do Estado-Maior da arma, como também presidem às Assembleias da Marinha e Força Aérea os respectivos chefes do Estado-Maior.

Os órgãos deste escalão tendem a reunir quinzenalmente e têm competência para emitir opiniões e pedir esclarecimentos.

Em alguns casos, têm adoptado moções, que são sugeridas a serem propostas à Assembleia Geral do M.F.A. (caso da Armada relativamente à moção de reforço da acção governativa anti-monopolista).

Já as Mesas destes órgãos podem esboçar directivas e promover iniciativas de conferências ou outras actividades de esclarecimento.

Os dois últimos escalões, também diferenciados, são o dos Conselhos das Regiões Militares e o das Reunions de Unidade ou de Estabelecimentos presididos respectivamente, pelos Comandantes das Regiões Militares e pelos Comandantes de Unidade.

As funções são sobretudo opinativas, perguntativas e de proposta de orientações, em que podem auxiliar tarefas de âmbito regional. A periodicidade será, em princípio quinzenal.

A intervenção de elementos das Forças Armadas, que não sejam oficiais na estrutura do M.F.A. tem-se verificado a nível de Comissões nacionais e regionais (sargentos do O.P. por exemplo), ou só a nível de Unidades. Finalmente, a legislação em vigor prevê as funções dos chamados Conselhos das Armas e Serviços, que abarcarão questões de saneamento, promoção e apoio permanente dos chefes do Estado-Maior das várias armas. Estes Conselhos, que se poderão reunir conjuntamente ou por partes, têm os seus representantes nos Conselhos de cada arma, e, obviamente também na Assembleia Geral do M.F.A. que os engloba.

A história de uma estrutura

NO PRINCÍPIO deste mês alguns portugueses foram surpreendidos pelo anúncio da realização da primeira Assembleia de Delegados das Forças Armadas, que se veio a efectuar no passado dia 6. Os jornais diários limitaram-se quase só a transcrever a notícia, e depois a publicar o respectivo comunicado final. Parece-nos, no entanto, que, para se poder compreender esta Assembleia de Delegados e enquadrá-la na estrutura geral do MFA, se deve, antes do mais, examinar já tão falado "Conselho dos 20". O que é e como surgiu, na realidade, tal Conselho? A sua composição leva-nos a crer que é o organismo máximo do MFA.

Efectivamente, sendo este Conselho Superior das Forças Armadas composto pelo Presidente da República, pela JSN, por cinco ministros militares, pela Comissão Coordenadora do Programa e ainda pelo Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, na qualidade de representante superior do COPCON facilmente se compreende o seu poder "de facto", abarcando não só o papel importante do Poder Executivo (através dos membros do Governo) e do Legislativo (através do Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores, do Conselho de Estado, onde a Comissão Coordenadora do

Programa representa o MFA, e, ainda mesmo, através do Governo, como também o próprio poder de acção militar representado pelo COPCON.

E natural que, já antes do 25 de Setembro, tais elementos se reunissem para resolver questões importantes, embora ainda não se tivesse constituído formalmente o "Conselho Superior do MFA". Este Conselho, que parece reunir-se todos os sábados e, de facto, ter o âmbito máximo de deliberação, a sua importância é indiscutível. E nele que se lançam os dados e se define as relações de forças no MFA.

Comissão Coordenadora do Programa

Isto leva-nos a passar para a relevância da Comissão Coordenadora do Programa. Ao que parece, esta Comissão constituída já antes do 25 de Abril (veja-se o livro "O movimento dos capitães e o 25 de Abril"), tinha por principal missão estabelecer contactos a vários níveis e dinamizar o processo pre-revolucionário então em curso. Depois do 25 de Abril, continuou a sua actuação, paralela à das comissões coordenadoras nas várias armas, as quais, estritamente, se foram extinguindo. A Comissão

Coordenadora do Programa aparecia como o órgão destacado (não seria mesmo o mais importante?) ao lado da JSN.

Na primeira crise do Governo Provisório (a crise Palma Carlos) parece ter sido ela quem representasse o papel principal, nomeadamente dentro do Conselho de Estado. Foi, assim, que três conhecidos elementos seus foram chamados à Chefia e composição do governo seguinte, onde ainda se mantém. A segunda

crise (a crise Spínola ou do 28 de Setembro) já deve ter sido jogada dentro do próprio Conselho Superior do MFA, ainda não institucionalizado na altura, mas, como é de crer, já em funcionamento "de facto".

Na relação de forças de então deve ter cabido a vantagem à aliança da Comissão Coordenadora do Programa com os ministros militares e com alguns membros da JSN, e também com a força operacional do COPCON.

Depois do 28 de Setembro

A crise criou uma nova situação dentro do processo revolucionário em curso.

É neste contexto que se reúne a Assembleia de delegados. Quem promove a reunião? Consta que é formalmente promovida (como todas as outras que se venham a realizar) pelo Estado-Maior-General das F.A., embora nos pareça que, em larga medida, a essa convocatória não é estranho o "Conselho dos 20". Esta Assembleia deve-se reunir, em princípio uma vez por mês. O que é a Assembleia de Delegados? Qual a sua função? Qual o seu poder e representatividade?

Se começarmos pela sua representatividade, concluiremos logo que, ao menos, por enquanto, é um órgão formado exclusivamente por oficiais: uns por direito próprio, como elementos da hierarquia militar, outros designados e outros ainda eleitos. São oficiais, e só oficiais os eleitos e os eleitores. Algumas tendências do M.F.A. ao que pensamos saber, esperam que os sargentos e praças possam em breve ter uma participação directa nesta Assembleia

que é formada pelo Conselho do Exército, conselho da Marinha e Conselho da Força Aérea. A superioridade numérica dos elementos do Conselho Exército (força de 115 elementos num total de 200, aproximadamente) parece dever-se em exclusivo à proporção numérica dos efectivos dos três ramos das Forças Armadas. A composição foi pensada para uma Assembleia Consultiva.

Vamos agora ver quais serão as funções desta Assembleia. Supomos que, em princípio, as funções são as de emitir opiniões e pedir esclarecimentos. São, portanto, funções meramente consultivas. As opiniões que devem emitir deverão em princípio ser expressão de anseios das bases, que devem ser suscitadas dentro das suas possibilidades.

Chegos agora a altura de analisarmos o poder que esta Assembleia detém "de facto". Já vimos que as suas reuniões devem, em regra, ser mensais, podendo haver outras reuniões extraordinárias. Espera-se concretamente que a Assembleia se volte a reunir brevemente para discutir o Plano Económico

apresentado pelo ministro Melo Antunes, que, aliás, já devia ter sido discutido na última Assembleia como constava da ordem de trabalhos, mas não o foi, concretamente, por ainda não estar completo!

De qualquer forma, as suas reuniões têm de ser promovidas pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, e nelas, deverá pensar, naturalmente o, prestígio e a força deliberativa do "Conselho dos 20" que, só ele, poderá dar exequibilidade às propostas aprovadas pela Assembleia. Mas, uma vez reunida a Assembleia Geral, e tomada uma deliberação, não é de crer que o Conselho Superior subestime essa deliberação, que

aparece com o apoio das bases. Tem, portanto, a Assembleia de Delegados um certo poder de facto, embora limitado. Talvez por isso ela tenha, logo há primeira reunião, assumido uma competência parcialmente deliberativa, e não apenas consultiva, como alguns esperavam. Podemos então concluir que o M.F.A. se institucionaliza, constituindo-se, de forma discreta, mas segura com diversos órgãos. Há ainda, abaixo da Assembleia de Delegados e dos Conselhos em que se descompõe, os Conselhos Regionais e as Reuniões das Unidades ou Estabelecimentos militares, que completam a pirâmide orgânica.

Análise

Analisemos concretamente a institucionalização que historicamos de uma forma sintética. A princípio, o único órgão concebido o M.F.A., além das comissões coordenadoras das armas, que, como já vimos, acabaram por se integrar na nova estrutura, era a Comissão Coordenadora do Programa. O resto dos elementos

preponderantes do M.F.A. embora ocupassem lugar nos vários órgãos de soberania, não estavam directamente ligados ao M.F.A., e a sua coesão era mais pessoal do que orgânica. Portanto, os a Comissão Coordenadora do Programa se mantinha ligada ao M.F.A., funcionando como seu

Continua pag. 18

Continuação pág. 77

órgão de cúpula e dando as directivas precisas do M.F.A. aos elementos que ocupavam os cargos de chefes de serviço, os elementos agiam, usualmente, integrado-se no M.F.A. da forma que melhor lhes apossasse. Supomos que até à primeira crise governamental (a crise Palma Carlos) era assim que as coisas tendiam a passar-se. Então, a C.C.P., unido-se a outros elementos do M.F.A., despendeu das funções oficiais que com ela estavam de acordo, impôs-se de forma clara, depois, os elementos que hoje integram o "Conselho dos 20" resolveram passar a tomar as resoluções em conjunto conjugando as posições do relevo que todos eles ocupavam.

Compreende-se por contradições insuperáveis entre tendências, já no seio deste conjunto qualificado de elementos. Sem dúvida com ligações com a crise externa. Manifestada a nível de órgãos de cúpula.

Sob o signo da chefia de Estado, inicia-se a rápida institucionalização do M.F.A. O "Conselho dos Vinte" aparece, então, como realidade política essencial do país.

Entretanto, a Comissão Coordenadora do Programa não deixou de se manter actual, embora no plano. Por um lado, nela se encontram representadas todas as tendências políticas dos

oficiais do M.F.A. Por outro lado, é esta Comissão a responsável pelo Boletim do M.F.A. ("Movimento"). E esta sua qualidade não pode ser ignorada ou diminuída quando nos lembramos que este Boletim é o jornal político mais importante, neste momento, em Portugal. Através dos seus editoriais, o Boletim tem lançado publicamente propostas sobre temas de efectivo interesse colectivo. Nem sempre essas propostas pretendem ser um uniforme do M.F.A. (recolemos o editorial crítico da política económica do Governo Provisório e a imediata tomada de posição da Comissão Coordenadora do Programa).

Logo podemos concluir que esta institucionalização do F.A. atribui largo poder a um órgão máximo de decisão (o "Conselho dos 20"), tentando garantir deste modo a mais perfeita coesão do M.F.A. E a função que a Comissão Coordenadora do Programa passa a deter é, exactamente, a da importância dos lugares que ocupa, quer no Conselho de Estado, quer no Conselho Superior do M.F.A. ("Conselho dos 20"), a de dinamizar o processo revolucionário, nomeadamente, através do Boletim das F.A., onde prosseguirá a discussão nos órgãos de soberania das várias propostas das diversas tendências do Movimento.

Pedro de Associação
Miguel de Almeida Fernandes

EXPRESSO

A estrutura do MFA e o poder político soberano

SE SE ENCARAR a estrutura do MFA, já não em si própria, e na sua génese e evolução, mas em relação com a estrutura político-constitucional vigente, avultarão as seguintes características essenciais: — presença determinante nos vários órgãos do poder soberano

Presença determinante

A presença de elementos do MFA nos órgãos do poder político soberano é a primeira das características apontadas.

Assim, a Junta de Salvação Nacional é composta por "sete militares que para o efeito receberam mandato do Movimento das Forças Armadas" (Art. 9.º — s.º.1 da Lei Constitucional n.º 1/74). E, embora, pelo n.º 3 do mesmo artigo, seja o Conselho de Estado o órgão competente para a designação dos novos membros da Junta, no caso da vacatura, a experiência recente (post-28 de Setembro), mostrou que ele se limitou a oficializar as eleições feitas pelas várias armas, e apresentadas pelo Chefe de Estado. Por outro lado, no Conselho Superior do MFA têm assento os sete membros da Junta de Salvação Nacional, o que constitui novo elo a notar.

O Presidente da República, por seu turno é escolhido pela Junta entre os seus membros (Art. 5.º.1, e, portanto, sobre ele recai da confiança do MFA.

14 dos 21 membros do Conselho de Estado são designados, directamente ou indirectamente, pelo MFA. Trata-se dos 7 membros da Junta e dos 7 membros da

— relevo crescente do papel do "Conselho dos 20"

— actuação externa da Comissão Coordenadora do Programa;

— função legitimante da Assembleia Geral do MFA.

Comissão Coordenadora do Programa. Todos eles pertencem ao Conselho Superior do MFA, fazendo maioria, quer num órgão quer noutro.

5 dos membros do Governo (com destaque para o Primeiro Ministro e dois Ministros sem Pasta) são elementos do MFA, e integram-se no Conselho Superior dos 20. Além, praticamente metade do Governo Provisório é representada por oficiais das Forças Armadas, desde os últimos recargos governativos.

Ao mesmo tempo, todos os elementos do Conselho dos Chefes dos Estados Miores são membros do Conselho Superior do MFA.

Não há pois órgão do poder soberano com competência legislativa, executiva ou fiscalizadora (Junta), em que não exista representatividade do MFA, agora devidamente institucionalizado.

A presença é, além disso, uma presença determinante na medida em que a formação de consenso nos órgãos considerados não pode prescindir do voto altamente relevante dos elementos considerados, e, numericamente, esse voto é decisivo.

Órgão-chave

Pela enumeração acima feita aparece como órgão-chave o Conselho dos 20, na medida em que dispõe de uma composição que lhe permite fazer chegar todas as suas deliberações às várias instâncias do poder soberano.

Na Junta cetero no Conselho de Estado, como ao Governo Provisório, essas deliberações são por demais deixadas — em teoria — de ter ampla repercussão.

Ora, o Conselho dos 20 tem, segundo os comunicados oficiais das suas reuniões, examinado problemas candentes, desde a descolonização ao Plano de Emergência, e ao relatório da crise de 28 de Setembro. Não admira que, paulatinamente se fosse acentuando o papel deste Conselho, com o esbatimento da Junta de Salvação Nacional, e até mesmo com uma posição mais técnica-legislativa do Conselho de Estado.

Já no que respeita ao Governo Provisório, o facto de ele compreender também uma coligação tripartidária (B.C.P., P.P.D. e P.S.) estabelece um outro factor equilibrante do peso do MFA.

Mas, a convergência dos dois factores é patente a todos os níveis. As próprias reuniões de dois representantes de cada um dos partidos no poder com o Primeiro Ministro reuniões semanalmente feitas à 4.ª feira) estão presentes os dois Ministros Sem Pasta militares.

Actuação externa

Neste contexto, em que um órgão posterior à Lei Constitucional n.º 3/74 vai ganhando relevo político, como que gerando uma "capacidade constitucional" "consuetudinária", a Comissão Coordenadora do Programa dedica-se a outro tipo de funções.

Mantém o exclusivo da representação directa do MFA no Conselho de Estado, através dos seus sete Conselheiros.

Aos restantes níveis, no entanto, avulta mais a sua inserção no Conselho Superior do MFA, de cujos vinte membros sete são seus componentes.

A nova actuação externa do CCP tem sido a da intervenção ao nível de dinamização político-cultural, em que o Boletim do "Movimento" ocupa lugar destacado.

Também se tem pronunciado, em nome do MFA, para afirmar, em comunicados, a posição deste sobre temas da actualidade política, económica e social, ou para corroborar o seu apoio a representantes do Movimento em posições oficiais (vg. RTP).

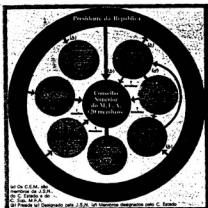
Aparece, pois, como a face visível do MFA, embora a tendência para a institucionalização deste tenha como consequência possível que outros órgãos apareçam a partilhar essa actuação externa. Isso não sucedeu ainda com o Conselho dos 20, que, embora sendo o órgão-chave, parece preferir a deliberação sem publicidade. Mas já aconteceu uma vez com a Assembleia dos Delegados. Será provável que volte a suceder?

Função legitimante

Com a presente composição e periodicidade de reunião, a Assembleia Geral do MFA "ab initio" corresponderá mais ao objectivo de legitimar a acção do Conselho dos 20 e, ao mesmo tempo, servir de "correia de transmissão" na transformação ascendente e descendente. Os seus membros curariam (como sucedeu em quase toda a 1.ª reunião, de 12

horas de duração) a exposição dos acontecimentos feita pela Mesa e poriam questões.

Simplemente, para uma Assembleia designada como a emanção das bases era provável que parecesse insuficiente a sua acção "legitimamente" de órgãos meios numerosos do que ela. Dá-lhe um papel deliberativo vai um



passo. Mas, a Assembleia Geral do MFA reúne uma vez por mês, enquanto o Conselho dos 20 reúne semanalmente e a Comissão Coordenadora do Programa se encontra em funcionamento permanente.

Este um argumento de peso para a Assembleia Geral não possa

— na prática — ir muito além de uma posição informativa ou da aprovação de moções genéricas sobre o cumprimento do Programa do MFA. A não ser que se institucionalizasse a sua cooperação extraordinária e um regime interno de atribuição clara acção deliberativa. O que não é demasiado provável.

Epílogo

Do que fica dito se conclui que é clara e determinante a presença de elementos do MFA a nível de poder soberano. Também se conclui que essa presença desempenha uma função essencial e Conselho dos 20.

A Comissão Coordenadora do Programa, tendo resistido às ofensivas "spinistas" para a sua extinção, encontra-se hoje inserida no "Conselho dos 20, e operacional em certos domínios concretos de acção.

A Assembleia dos Delegados, vivendo numa dialctica permanente entre um poder deliberativo bebido nas bases e uma missão "legitimamente" derivada da sua natureza e características, não deverá assumir um papel que se compare, em permanência e amplitude, como do Conselho dos 20.

Finalmente, toda a estrutura institucionalizada do MFA, bem como a, competência dos diversos escalões (e convém não esquecer o COPCON como emanção visível do Movimento) introduzem na vida política portuguesa mudanças não previstos (mas previstos?) quando da publicação da Lei Constitucional n.º 3/74.

Esta uma análise de estruturas, em que intencionalmente, se não falou de tendências, nem de pessoas. Até porque se pretendeu, com a serenidade dos análises políticos, não suscitar uma só questão que pudesse ser pretexto para uma acusação de divisionismo das Forças Armadas.

Quanto ao futuro, desta estrutura um elemento fundamental poderá ser condicionante: que papel de reserva, durante o período de elaboração da nova Constituição, o MFA?

As opiniões tomadas de posição do Presidente Costa Gomes e do Ministro Victor Alves são importantes. Elas dizem não à participação na Assembleia Constituinte.

Fica de pé, então, o "modus faciendi" da intervenção do MFA no processo constituinte.

A esta questão (que é mais complexa do que pode parecer, à primeira vista) voltaremos oportunamente.